

## **Então : elementos para uma análise semântica e pragmática**

ANA CRISTINA M. LOPES  
(Universidade de Coimbra)

Neste trabalho, proponho-me descrever os diferentes valores semânticos que a expressão *então* pode assumir, em função dos contextos em que ocorre. Trata-se de um primeiro momento de um projecto de investigação mais amplo, centrado na caracterização semântico-pragmática de alguns itens da língua portuguesa cuja classificação gramatical tem suscitado perplexidade ao longo do tempo, dado o seu funcionamento/comportamento linguístico não homogêneo. A inexistência, tanto quanto me é dado saber, de estudos sobre o item *então*, tão frequente na interacção verbal quotidiana, levou-me a escolhê-lo como primeiro dado a analisar no conjunto das partículas discursivas do português que tenciono estudar.

A estrutura deste trabalho é a seguinte: num primeiro momento, analisarei o tratamento de *então* na gramática de Cunha e Cintra (1984). A ausência de uma descrição/explicação cabal nesta gramática leva-me ao segundo momento do trabalho, centrado na identificação e caracterização dos valores semânticos e pragmáticos do item em apreço, a partir da análise de um conjunto de exemplos. Salientar-se-ão três valores: um valor temporal, um valor argumentativo e um valor de mero marcador de estruturação textual/discursiva. Ter-se-á em conta a descrição dos contextos de ocorrência em que a expressão assume os valores discriminados, o que implica a tomada em consideração de padrões de tipo distribucional. Na conclusão, e como corolário da análise entretanto realizada, equaciona-se a possibilidade de tratar de forma não estanque e parcialmente integrada os valores elencados.

### **1. Então na gramática de Cunha e Cintra (1984)**

O item *então* aparece, nesta gramática, classificado como advérbio de tempo (p. 539) e como 'palavra denotativa de situação' (p. 549). Se já relativamente à primeira classificação se pode questionar o critério que preside ao agrupamen-

to, numa mesma classe e sem subespecificações, de expressões como *agora*, *ainda*, *antes*, *sempre*, *tarde* ou *ontem*, relativamente à segunda classificação a perplexidade é, sem dúvida, maior. Com efeito, diz-se que as palavras denotativas “não devem ser incluídas entre os advérbios. Não modificam o verbo, nem o adjectivo, nem outro advérbio” (p.549). Dada a dificuldade que a sua classificação envolve, conclui-se que, “à falta de uma designação mais precisa e mais generalizada”, se adopta “provisoriamente” a denominação ‘palavras denotativas’ – de exclusão (por ex., *só*), de inclusão (por ex., *até*), de rectificação (*aliás*), de situação (*afinal*, *então*). Na gramática de Cunha e Cintra sublinha-se ainda que a Nomenclatura Gramatical Portuguesa considera advérbios de oração as palavras que, como *então*, são enquadradas na classe das palavras denotativas de situação. Independentemente do carácter pouco esclarecedor da classificação proposta, importa dizer que os autores da Gramática tiveram plena consciência do valor não uniforme de *então*, dado que o incluíram em duas categorias gramaticais distintas<sup>1</sup>.

Importa, pois, clarificar o funcionamento semântico e pragmático deste item, no plano textual/discursivo, e aduzir algumas observações pontuais sobre o seu estatuto sintáctico. É o que me proponho fazer na próxima secção.

## 2. *Então* – que valores?

O simples cotejo de diversos contextos de ocorrência de *então* leva-nos, num primeiro momento, a levantar a hipótese de se tratar de um caso de homonímia. Com efeito, é legítimo perguntar se não estaremos perante entidades significativas distintas suportadas pelo mesmo significante, dado que parece, à partida, pouco plausível encontrar uma forma de tratamento integrado dos dois valores (aparentemente) centrais deste item, um valor temporal e um valor argumentativo. Os exemplos que se seguem ilustram esses dois valores:

- (1) O João contou tudo à irmã. Sentiu-se, então, muito aliviado.
- (2) O João abriu a janela. Então, viu algo que o aterrorizou.
- (3) No ano 2000, haverá moeda única na Europa. Terei, então, 40 anos.
- (4) Queres entrar em Medicina? Então, estuda!
- (5) Esta inferência pode ser cancelada sem contradição. Então, é uma implicatura<sup>2</sup>.

Os três primeiros exemplos parecem atestar um uso de valor tipicamente temporal, que vou tentar caracterizar de forma mais rigorosa neste trabalho; nos dois últimos exemplos, *então* parece funcionar como um marcador discursivo que carrega instruções para a interpretação (num espaço lógico-argumentativo) do enunciado que introduz. Começemos pelo primeiro valor referenciado.

### 2.1. Valor temporal

Na interpretação mais plausível de (1), é possível uma paráfrase em que a sequencialidade temporal se alia à causalidade:

- (1a) O João contou tudo à irmã e depois / por causa disso, sentiu-se muito aliviado.

Curiosamente, porém, *então*, no mesmo exemplo, não exclui a possibilidade de uma paráfrase do tipo *nesse momento, nessa altura*, paráfrase que igualmente se ajusta aos exemplos (2) e (3):

- (2a) O João abriu a janela. *Nessa altura / nesse momento*, viu algo que o aterrorizou.  
 (3a) No ano 2000, haverá moeda única na Europa. *Nessa altura*, terei 40 anos.

É claro que o *então* que ocorre no exemplo (3), parafraseado em (3a) por *nessa altura*, reenvia para um referente temporal explicitamente introduzido no discurso precedente, o ano 2000, ao contrário do que acontece nos exemplos (1) e (2). Com efeito, em (3) há, na primeira frase do texto, um adjunto adverbial de localização temporal, que faz uma referência explícita a um intervalo de tempo; na segunda frase, *então* retoma esse intervalo de tempo, manifestando um comportamento semântico paralelo ao dos pronomes que anaforicamente reenviam para um referente discursivo previamente introduzido por uma expressão nominal. Já em (1) e (2) não se explicita, na primeira frase de cada um dos textos, uma localização temporal específica; no entanto, as proposições subjacentes a cada uma dessas frases descrevem situações ou estados de coisas temporalmente localizados, sendo a flexão verbal responsável por essa localização. Embora se trate de uma localização pouco específica, não podemos deixar de localizar as situações representadas num sector ou intervalo do eixo do tempo, graças ao processamento da informação veiculada pelos tempos verbais utilizados. Parece-me que a interpretação de *então* envolve necessariamente a tomada em consideração desse intervalo de tempo associado à descrição de uma situação<sup>3</sup>.

Feita esta observação, voltemos às paráfrases (2a) e (3a). Estas paráfrases apontam para um nexos de co-temporalidade entre os eventos descritos pelas duas frases de cada um dos exemplos. Assim, sequencialidade (cf. 1a) e co-temporalidade ou sobreposição são valores temporais que intuitivamente associamos a *então*<sup>4</sup>. Como explicar esta dualidade interpretativa, no domínio temporal? Na minha opinião, é possível propor um tratamento integrado dos valores temporais de *então*. Seja qual for a paráfrase mais plausível, *então* retoma sempre, anaforicamente, o intervalo de tempo em que se localiza a primeira situação representada no texto; a especificação do elo temporal entre os eventos – relação de sobreposição ou de posterioridade – depende do valor de *aktionsart* de cada uma das frases adjacentes, bem como da relação retórica/discursiva<sup>5</sup> que as torna mutuamente relevantes, e cuja apreensão envolve certamente a activação de conhecimento do mundo por parte do leitor/ouvinte. Esta questão será em breve retomada. Note-se, para já, que o valor temporal anafórico de *então* é corroborado pela sua ocorrência em locuções prepositivas temporais do tipo 'a partir de então', 'desde então', 'até então', cuja interpretação pressupõe/envolve a construção de uma cadeia de referência e a retoma de um antecedente temporal, que pode ser expresso por uma data ou por uma forma verbal com valor de não presente. Vejam-se os exemplos (6) a (8):

- (6) Em 3 de Agosto de 1991, a Patrícia fez sete anos. Desde então, nunca mais teve pesadelos. // Até então, tinha tido muitos pesadelos.

- (7) A Ana virá viver para Coimbra. A partir de então, modificará toda a sua vida.  
 (8) A Ana faz hoje sete anos. \*A partir de então, passa a ter um quarto só para ela.

Os exemplos demonstram que *então* pode retomar um referente temporal passado ou futuro, mas nunca funciona como termo anafórico de um intervalo que inclua o momento da enunciação.

Estamos, pois, perante um item que ilustra a contrapartida textual/discursiva da *deixis* temporal: *agora* explicita o termo-origem da ordenação temporal tipicamente organizada em torno do acto de enunciação; *então* retoma um intervalo de tempo textualmente construído, que passa a funcionar como termo-origem de uma nova ordenação temporal.

Se os exemplos (1) a (3) apontam inequivocamente para um nexos temporal entre as situações descritas pelas duas frases de cada texto, importa agora esclarecer que tipo de relação de ordem *então* institui entre os eventos/estados que articula, sobretudo dada a possibilidade da dupla paráfrase (posterioridade ou sobreposição) acima assinalada. A minha hipótese de trabalho é a seguinte: *então* não estabelece um nexos temporal particular, apenas marca o termo-origem da ordenação ou o ponto de referência a partir do qual se desenham as relações de ordem. Por outras palavras, *então* assegura discursivamente que o ponto de referência para a localização temporal do evento descrito na frase em que ocorre é o intervalo de tempo que corresponde à localização da situação previamente descrita. A ordenação propriamente dita – posterioridade ou sobreposição – depende de outros factores. Vejamos quais, a partir dos exemplos.

Em (1), a paráfrase preferencial explica-se pelo facto de interpretarmos o estado descrito na segunda frase como resultado provável do evento descrito na primeira. A inferência de uma relação causal entre as duas situações descritas não é invalidada pelo nosso conhecimento do mundo; além disso, do ponto de vista cognitivo, corresponde à interpretação mais relevante, pois envolve a construção de um efeito contextual<sup>6</sup>. Assim, a sequencialidade temporal é induzida pela relação retórica/discursiva que garante o maior grau de relevância à conexão interfrásica, ou seja, a relação causal já mencionada. Neste caso, a ordenação temporal não é linguisticamente codificada, antes resulta de uma inferência pragmática.

Em (2), estamos perante uma sequência narrativa típica. Os dois enunciados articulados por *então* comportam formas de Pretérito Perfeito simples (PP) combinadas com expressões predicativas não estativas<sup>7</sup>. Em contextos deste tipo<sup>8</sup>, a sequência de PP institui uma ordenação temporal relativa, ou seja, a localização temporal do primeiro evento descrito funciona como ponto de referência para a localização do segundo evento. Assim, reutilizado numa sequência de frases, o PP permite descrever uma sequência de eventos cuja ordenação temporal relativa é isomórfica da ordem linear dessas frases. *Então* parece apenas explicitar aquilo que no processo interpretativo da sequência narrativa típica (sem conectores interfrásicos ou com o conector *e*) é automaticamente processado: o ponto de referência para a localização temporal do segundo evento é o intervalo de tempo ocupado pelo primeiro evento e a relação de ordem é de posterioridade

(e2 > e1). Uma vez mais, a função de *então* parece restringir-se à marcação de um ponto ou tempo de referência, sendo a relação de ordem estabelecida, neste caso, pelos valores temporo-aspectuais das expressões predicativas.

Se quiséssemos construir uma outra paráfrase aceitável para o exemplo que temos vindo a comentar, poderíamos recorrer ao conector temporal *quando*:

(2b) Quando o João abriu a janela, viu algo que o aterrorizou.

Segundo Moens(1987), nas construções que envolvem orações temporais introduzidas por *quando*, o intervalo de tempo ocupado pelo evento descrito na oração principal, desde que esta não seja estativa, está situado algures dentro do núcleo<sup>9</sup> associado ao predicado da oração subordinada, sendo essa localização fruto do conhecimento do mundo dos falantes. Neste exemplo, o tempo do evento representado na oração principal parece localizar-se no intervalo de tempo subsequente à culminação do evento descrito na subordinada, o que se compatibiliza plenamente com os comentários tecidos anteriormente.

Em (3), *então* só admite a paráfrase 'nessa altura'. O texto em questão articula duas situações estativas, ambas localizadas num intervalo de tempo futuro, o ano 2000. *Então* retoma o intervalo de tempo que valida a situação descrita na primeira frase, instituindo-o como termo-origem para a localização da segunda situação. Sendo ambas as frases estativas, a relação temporal é de sobreposição.

Podemos, pois, sintetizar dizendo que *então*, enquanto expressão de valor temporal, retoma um ponto de referência discursivamente construído, podendo mantê-lo ou alterá-lo em função, nomeadamente, do valor de *aktionsart* das frases que conecta. Se as expressões predicativas das frases adjacentes articuladas por *então* forem não estativas, o segundo evento é interpretado como tendo ocorrido depois da culminação do primeiro evento descrito. O valor anafórico de *então* (*nessa altura*), em contextos deste tipo, implica/pressupõe a culminação do evento. Quando o valor de *aktionsart* da frase onde ocorre *então* é estativo, a situação por ela descrita é interpretada em termos de sobreposição temporal relativamente ao estado de coisas representado na primeira frase. Assinale-se que as observações sobre o funcionamento textual de *então* são totalmente compatíveis com a afirmação Kamp e Ryle (1993), segundo a qual "events always follow their reference point, states always include it" (p.528). Se se considerar *então* como simples marcador textual de uma anáfora temporal, ou seja, se *então* se limita a retomar anaforicamente um intervalo de tempo construído no discurso antecedente, instituindo-o como ponto de referência para a ordenação temporal da situação representada na frase em que ocorre, temos que concluir que são os valores de *aktionsart* que de forma determinante promovem a localização relativa. Nesta perspectiva, *então* não promove, autonomamente, uma localização temporal, dado o seu estatuto de termo anafórico numa cadeia de referência.

Voltando à heurística acima proposta, parece-me prudente matizar a formulação acrescentando que se trata de uma regra interpretativa preferencial ou por defeito. De facto, o exemplo (1) mostra-nos que há parâmetros de natureza não aspectual que podem interferir decisivamente na interpretação, no plano da ordenação temporal das situações descritas. Refiro-me, uma vez mais, às rela-

ções discursivas/retóricas entre segmentos textuais: o estabelecimento de um nexo de causa/consequência entre situações ordena-as automaticamente numa linha de sequencialidade temporal, mesmo que a segunda situação representada seja estativa<sup>10</sup>.

## 2.2. Valor argumentativo

Examinemos agora o valor argumentativo de *então*. Retomamos aqui os exemplos (4) e (5), aos quais acrescentamos o exemplo (9):

(4) Queres entrar em Medicina? Então estuda!

(5) Esta inferência pode ser cancelada sem contradição. Então, é uma implicatura.

(9) Se o João é romeno, então é europeu.

Começemos por reflectir brevemente sobre o enunciado (9), que exemplifica uma construção condicional típica, em que o antecedente é introduzido pelo conector *se* e o consequente é precedido pelo conector *então*. Uma construção condicional deste tipo institui uma relação de implicação entre a proposição expressa no antecedente e a proposição expressa no consequente; por outras palavras, exprime-se uma relação de inferência entre proposições, já que da verdade da primeira se deduz necessariamente a verdade da segunda. Apesar de haver um conjunto diversificado de construções condicionais nas línguas naturais<sup>11</sup>, não há dúvida que através destas estruturas linguísticas o falante correlaciona duas situações e assere que, em todos os contextos/ocasiões em que se verificar a situação expressa no antecedente, (então) o consequente verificar-se-á também, em condições normais. Independentemente da complexidade que envolve o tratamento semântico das condicionais<sup>12</sup>, parece, pois, possível afirmar que estas construções relacionam dois estados de coisas por forma a que de um deles se deduza o outro. Assim, uma construção condicional envolve, de certa forma, a activação de um raciocínio inferencial: a base da inferência é o antecedente da condicional, que se acrescenta ao conjunto de assunções que configuram o universo cognitivo do falante/ouvinte; a partir desse conjunto de informações, infere-se o consequente. *Então*, nestes contextos, assinala que a proposição que introduz deve ser lida/interpretada como conclusão, funcionando o antecedente como premissa/argumento.

No exemplo (5), não encontramos a construção condicional típica *se p, então q*. No entanto, trata-se de um texto cuja interpretação envolve um raciocínio de *modus ponens*<sup>13</sup>, em que a premissa maior, não expressa, pode ser reconstituída sem dificuldade:

(5a) Se as inferências puderem ser canceladas sem contradição, (então) são implicaturas; esta inferência pode ser cancelada sem contradição; então, é uma implicatura.

Como é sabido, são frequentes, na argumentação em linguagem natural, os esquemas inferenciais defectivos deste tipo (também designados por 'entimemas'); dada a nossa capacidade de processamento de informação implícita, facilmente colmatamos as etapas (premissas ou conclusão) não explicitadas. Em (9), o enunciado corresponderia à premissa maior do esquema inferencial clássico já

acima referido, o *modus ponens*; em (5), explicitam-se a premissa menor e a conclusão, cabendo ao leitor/ouvinte a reconstrução da premissa maior. O que nos importa agora sublinhar é que, no exemplo (5), o último *então* pode comutar com *portanto*, o que prova que estamos, de facto, perante um conector conclusivo:

(5b) Esta inferência pode ser cancelada sem contradição; *portanto*, é uma implicatura.

Em (4), a injunção introduzida por *então* é interpretável como consequente de uma condicional. Veja-se (4 a):

(4a) Se queres entrar em Medicina, então tens de estudar.

Nesta paráfrase, o antecedente expressa uma finalidade ou um objectivo a atingir e o consequente explicita, através de uma construção deontica, o modo de agir que conduz à consecução dessa finalidade. Os enunciados (4) e (4a) são semântica e pragmaticamente equivalentes: ambos expressam um conselho de forma indirecta, graças à correlação que estabelecem entre uma forma de acção e um objectivo a atingir. Em (4), *então* introduz uma injunção/exortação que funciona como condição necessária para a concretização dos objectivos que correspondem à volição do interlocutor e que aparecem expressos na pergunta retórica. Em termos argumentativos, a explicitação das razões que suportam uma injunção reforça certamente a aceitação dessa injunção, sobretudo quando essas razões correspondem à vontade do interlocutor. Assim, o acto discursivo introduzido por *então* aparece justificado pelas razões anteriormente convocadas. Uma vez mais, *então* aparece como um operador discursivo que marca uma conexão inferencial: afecta ao fragmento discursivo que funciona como antecedente o estatuto de premissa relevante que justifica a conclusão contida no enunciado prefaciado por *então*. Neste contexto, *então* poderia comutar com *nesse caso*.

Veja-se, agora, o fragmento de diálogo transcrito em (10):

(10) A: Na próxima, cortas à direita.

B: Então não passamos pela Faculdade<sup>14</sup>.

Neste diálogo, *então* é ainda um conector argumentativo, já que é possível reconstituir o esquema dedutivo que configura o raciocínio do locutor B. Nesse esquema, as premissas implícitas são: 'se se cortar à direita, não se passa pela Faculdade' e 'nós vamos cortar à direita'. Ao aceitar cumprir a injunção que a intervenção de A constitui, e dado que lhe é possível activar, ao nível do seu conhecimento do mundo, a premissa maior acima reconstituída, o locutor B está apto a concluir que não vão passar pela Faculdade. Neste exemplo, *então* é comutável com *portanto*. Como o exemplo ilustra, não é necessária a explicitação do conector condicional *se* para a construção de um raciocínio dedutivo; grande parte da argumentação desenvolvida em linguagem natural é, repetimo-lo, defectiva, pois não comporta a explicitação de todas as premissas ou até da conclusão: neste exemplo, o operador argumentativo *então*, ao implicar discursivamente que o enunciado que introduz deve ser interpretado como conclusão, autoriza (ou, talvez melhor, força) a reconstrução do esquema inferencial/dedutivo subjacente.

O significado deste *então* argumentativo pode ser descrito como uma instrução no sentido de se interpretar a proposição por ele introduzida como conclusão/consequência deduzida pelo locutor a partir de informação precedente. Assim perspectivado, *então* pode, pois, relacionar-se com as interpretações epistémicas das construções condicionais; estas construções, como acima aflorámos, envolvem uma operação mental pela qual se infere uma determinada conclusão que deve ser acrescentada ao *stock* de conhecimentos/crenças dos interlocutores. Por outras palavras, na interpretação das construções *se... então*, o consequente é inferido a partir da informação contextual acrescida do antecedente; nas construções em que ocorre o operador argumentativo *então*, o locutor indica que a informação precedente é relevante enquanto premissa para a dedução da proposição introduzida pelo referido operador; os mecanismos de inferência activados parecem bastante similares.

Veja-se ainda o exemplo seguinte:

(11) A: A Patrícia vem jantar?

B: Vem.

A: Então, fico em casa/\*Portanto, fico em casa.

Nesta sequência, a resposta de B funciona como premissa que legitima/justifica a conclusão expressa na última intervenção de A. O falante não pretende evidenciar que a premissa (resposta de B) funciona como prova/evidência para a conclusão expressa na intervenção com que encerra a troca verbal. Apenas indica, através do uso de *então*, que a sua decisão depende da verificação da premissa. *Então* seria parafraseável por *nesse caso, sendo assim*<sup>15</sup>.

Vejam os ainda um outro exemplo em que *então* não é substituível por *portanto*:

(12) A: – Cheiras a tabaco.

B: – E então? \*E portanto?

A réplica aceitável de B é parafraseável por *O que conclus daí?* O falante solicita (retoricamente) uma resposta de A que explicita uma conclusão plausível face à primeira asserção. Ao perguntar que conclusão se deve extrair da asserção anterior, B interpela/questiona A quanto à relevância da sua intervenção. Por outras palavras, o falante implica que a intervenção precedente é (situacionalmente) irrelevante, pois não desencadeia nenhuma implicação contextual.

Pela análise dos exemplos apresentados, verificámos que há duas comutações possíveis para o *então* argumentativo. Parece-me que *então* só comuta com *portanto* quando introduz uma proposição conclusiva cuja evidência é garantida por uma assunção prévia (cf. exemplo (5)). Nestes casos, é activada informação factual que funciona como prova para a conclusão que *então* introduz. Quando se trata de marcar que a conclusão é legitimada pelo raciocínio do falante, o operador preferencialmente seleccionado parece ser *então*, comutável por *nesse caso*.

Seja como for, há afinidades evidentes entre as construções condicionais típicas e aquelas em que *então* funciona com valor argumentativo. Nas primeiras, o consequente é inferido a partir de uma premissa hipotética que se acrescenta a



um determinado conjunto de assunções contextuais; nas segundas, *então* introduz uma conclusão que pressupõe um sistema de dedução lógica.

Julgo que a semântica deste *então* argumentativo deve ser formulada em termos instrucionais, isto é, o operador discursivo guia a interpretação, restringindo o leque das implicaturas potenciais. A constrição (semântica) imposta por este conector corresponde à formatação do contexto aceitável para o seu uso adequado<sup>16</sup>. Por outras palavras, *então* pressupõe assunções co(n)textuais que funcionem como premissas (explícitas ou não) e a sua ocorrência induz uma inferência interpretativa: o enunciado que *então* introduz funciona discursivamente como conclusão e deve adicionar-se ao universo cognitivo do interlocutor<sup>17</sup>.

### 2.3. *Então* : marcador de estruturação conversacional

Vejamos agora o exemplo (13):

(13) Então, não vens?

Em (13), *então* parece conformar-se àquilo que Roulet *et alii* (1985) designam por *marcador de estruturação conversacional*. Trata-se, de facto, de uma partícula discursiva que ocorre exclusivamente na oralidade e funciona como uma espécie de marca de pontuação, operando, assim, ao nível da actividade enunciativa e não dos conteúdos proposicionais expressos. Esta função discursiva/pragmática da partícula pode ser comprovada por testes linguísticos, nomeadamente os que revelam a impossibilidade de ocorrência dos marcadores conversacionais em discurso encaixado/relatado e os que apontam para a impossibilidade de os deslocar na frase. Vejam-se os exemplos seguintes:

(13a) Ele perguntou se ela não vinha/ \*se então ela não vinha.

(13b) \*Não vens, então?

Enquanto marcador conversacional, *então* introduz um constituinte discursivo, uma intervenção que pode ser iniciativa ou reactiva<sup>18</sup>. Note-se que, em português contemporâneo, é frequente dar-se início a uma interacção verbal informal utilizando a partícula em apreço:

(14) Então, como vai isso/ Então?

Neste caso, *então* desencadeia a interacção, com uma função fática ritualizada, circunscrita a uma troca de abertura.

Para uma análise do funcionamento de *então* como marcador de estruturação conversacional, recorri a um *corpus* oral autêntico, constituído pelas entrevistas transcritas do *Português Fundamental*<sup>19</sup>. Neste *corpus*, só 2% das ocorrências de *então* assumem um valor temporal; 15% das ocorrências actualizam um valor argumentativo; a maior percentagem, aproximadamente 80%, corresponde ao marcador de estruturação conversacional, com algumas subespecificações, que passo a discriminar:

– no início de uma intervenção, quer se trate de uma asserção, de uma pergunta ou de uma injunção, como marcador/introdutor de constituinte discursivo

sivo iniciativo ou reactivo (ex.: “Então o meu trabalho como tractorista no campo, quer dizer, é cultivar terras” (p. 111, entrevista 0164); “Então diga-me lá o que é a sua vida aqui.” (p.87, entrevista 0075; “Então como é o truque?” (p. 81, entrevista 0029);

– precedido pela conjunção *e* (*e então*), como forma de retoma discursiva de um relato momentaneamente interrompido por um comentário parentético (ex.: “e então a madrinha, como eu ia a dizer, a madrinha era uma pessoa muitíssimo rica” (p. 200, entrevista 0796), ou como mero operador discursivo de ligação, no interior de uma mesma intervenção, regra geral de índole narrativa (“chegou um e enquanto não descarrega todas aquelas quadras, não saem dali, atrás dele, atrás dele, já está outro rancho e então o que interessa agora ali é o despique” (p. 116, entrevista 0184); é também muito frequente este uso cumulativo de *e* e *então* no início de perguntas que ocorrem ao longo da interacção (ex.: “e então o que é que acontece?” (p.174, entrevista 0673);

– precedido pela conjunção *ou* (*ou então*), como mero reforço da expressão de uma conjunção disjuntiva (ex.: “(...) sai um decreto-lei qualquer em que se tinha que fazer eleições imediatamente ou então só um ano depois”, p.271-272, entrevista 1230);

– articulado com uma estrutura sintáctica de marcação de foco, com uma função de reforço textual da proeminência informativa de um determinado constituinte, por vezes em contexto contrastivo (ex.: “mas então a segunda parte é que é completamente o revelar do segredo” (p. 119, entrevista 0194).

Em qualquer dos casos, parece-me que *então*, para além de permitir assegurar a estruturação do discurso, nunca perde em absoluto um valor anafórico/de retoma<sup>20</sup>, já que implícita que algo foi dito previamente, funcionando como mecanismo de sinalização de continuidade discursiva. Mesmo quando desencadeia a interacção, com uma função meramente iniciativa (cf.10), pressupõe trocas verbais anteriores entre os interlocutores<sup>21</sup>.

Atente-se, agora, nos exemplos seguintes:

- (15) Então, vens ou não vens?  
 (15a) Afinal, vens ou não vens?  
 (15b) Sempre vens ou não?

Julgo que (15a) e (15b) constituem paráfrases possíveis de (15). A pergunta alternativa introduzida por *então* implícita uma atitude de insistência por parte do locutor e sinaliza a existência de trocas discursivas prévias entre locutor e interlocutor: *depois de* tudo o que foi dito, e *dado / tendo em conta* o que foi dito, o locutor pede ao interlocutor que se decida, finalmente. Neste contexto, *então*, para além de introduzir um constituinte discursivo (um acto de discurso), activa um quadro pressuposicional, na medida em que ‘formata’ o contexto que torna plenamente adequado o seu uso.

Enquanto partícula discursiva desprovida de valor temporal, *então* pode coocorrer com o adjunto deíctico *agora*, o que nunca acontece quando *então* é um adjunto adverbial temporal anafórico:

(16) Então, agora vens ou não vens?

Há ainda uma outra propriedade sintáctica que distancia claramente os dois itens: *então* com valor temporal pode ser precedido pelas preposições *até* e *desde*, dando origem a expressões de delimitação temporal; *então* como marcador conversacional não admite tais construções, como demonstra o exemplo (17):

(17) \*Até então, vens ou não vens?

Ainda no âmbito das propriedades distribucionais, verifica-se que *então* temporal pode coocorrer com as partículas *já* e *só*, comportamento que o *então* conversacional nunca exhibe. Atente-se, a este propósito, na inaceitabilidade de (18):

(18) \*Já então, vens?

Note-se que também o *então* argumentativo se diferencia do *então* temporal pelas incompatibilidades de coocorrência que acabámos de assinalar. No entanto, quando *então* assume, no discurso, um valor eminentemente argumentativo, é sempre possível reconstituir um esquema inferencial que articule premissas e conclusão, o que não acontece com o uso estritamente conversacional da partícula.

### 3. Considerações finais

Elencados os diferentes valores e usos de *então*, coloca-se a seguinte questão: será possível esboçar um tratamento (parcialmente) integrado destes valores, ou deveremos concluir que se trata de um caso paradigmático de homonímia? Curiosamente, *então* não é a única expressão que admite usos temporais e usos argumentativos: *agora*, *sempre* e *logo* também exibem idêntica 'flutuação' semântica<sup>22</sup>. Talvez se possam articular os valores temporais e argumentativos se se estabelecer um paralelismo entre espaço temporal e espaço argumentativo (mais ou menos lógico), a partir da noção de anáfora: *então* pode retomar anaforicamente um referente temporal estabelecido no cotexto, mas pode também sinalizar proximidade (cognitiva) de argumentos/premissas que viabilizam uma conclusão. Aliás, verifica-se, hoje em dia, uma transposição para o terreno cognitivo da oposição deíctico *vs.* anafórico, na discussão de questões de referência temporal (e nominal)<sup>23</sup>: a anáfora é assimilada a um processo de referência que envolve um referente já conhecido, cognitivamente saliente ou manifesto. No caso do *então* temporal, é perfeitamente plausível, na minha opinião, articular a concepção tradicional de anáfora, que implica proximidade discursiva e retoma de um antecedente, com esta concepção de raiz cognitiva: se se retoma um referente temporal introduzido previamente no discurso, esse antecedente é forçosamente conhecido. No caso do *então* argumentativo, o falante sinaliza de algum modo que há informação cognitivamente saliente que legitima a conclusão expressa.

Em Traugott (1985) e Harris (1986), analisam-se afinidades semânticas entre construções temporais, causais e condicionais, e essa análise parece apontar para a existência de uma rede cognitiva que articula de forma muito estreita os três

domínios semânticos. Quanto às afinidades entre sequencialidade temporal e causalidade, parece intuitiva a dedução de uma ordem temporal a partir da consideração de uma relação causa/efeito<sup>24</sup>. No que toca aos usos argumentativos, parece-me possível discriminar um valor semântico central – *então* implícita que o enunciado que introduz deve ser interpretado como conclusão – e variantes de significado relacionadas metonimicamente, por contiguidade; assim, o falante pode articular duas proposições A e B através de *então* por forma a assinalar que a informação veiculada por A é relevante para provar B (cf. ex. (5)); mas pode também seleccionar *então* para assinalar que está a derivar/inferir nova informação a partir da informação disponível (cf. ex. (11)). No primeiro caso, reforça-se o *stock* de conhecimentos do ouvinte, no segundo, adiciona-se informação a esse mesmo *stock*.

Quanto ao *então* marcador de estruturação conversacional, parece-me que se trata de uma réplica, ao nível estritamente pragmático-enunciativo, da função de continuidade semântica assegurada, ao nível textual/discursivo, pelo *então* temporal e argumentativo.

A dificuldade de classificação gramatical mencionada em 1. pode agora ser reequacionada: o primitivo advérbio temporal adquire, no âmbito textual, um valor conjuncional, no sentido amplo do termo: introduz funcionalmente uma conclusão, prefacia e articula constituintes discursivos.

## NOTAS

<sup>1</sup> Também em Vilela (1995) se inclui *então* em duas classes distintas, a dos advérbios (cf. p. 194-198) e a das 'partículas modais' (cf. p. 200).

<sup>2</sup> Exemplo adaptado, recolhido em Blakemore (1987).

<sup>3</sup> Em Glasbey (1993), evidencia-se a necessidade de distinguir entre eventos e tempos a partir da análise do duplo funcionamento discursivo de 'then'.

<sup>4</sup> Assinale-se que, em inglês, *then* admite igualmente duas interpretações. Segundo Klein, pode referir "a time span which includes some anaphorically given relatum", mas também é frequentemente usado, sobretudo em sequências narrativas, para referir o intervalo "which follows some anaphorically given relatum and is close to it" (1994:156). Parece, pois, deduzir-se que as fronteiras localizadoras de *then* são fluidas, pelo que a sua interpretação é contextualmente determinada. De qualquer forma, *then* é caracterizado como advérbio de localização temporal, situando o evento na região do relatum anafórico, mas nunca antes dele. Em Schiffrin (1990), assinalam-se igualmente dois valores (anafóricos) de *then*, correlacionando-os com distribuições sintácticas diferenciadas: "successive *then* occurs clause-initially, and overlapping *then* occurs clause-finally" (p.254). Em português, este critério sintáctico não me parece pertinente. *Então*, como qualquer adjunto adverbial, possui mobilidade no interior da frase, podendo ocorrer em início de frase, depois do verbo e até, embora menos frequentemente, em posição final:

(i) O João contou tudo à irmã. Então, sentiu-se muito aliviado.

(ii) O João contou tudo à irmã. Sentiu-se, então, muito aliviado.

(iii) O João contou tudo à irmã. Sentiu-se muito aliviado, então.

Como se pode ver através dos exemplos, a alteração distribucional em nada afecta a interpretação do advérbio.

<sup>5</sup> Utilizo esta designação na acepção que lhe é atribuída em teorias contemporâneas sobre a estrutura discursiva, nomeadamente em Mann e Thompson (1988). As relações discursivas são relações funcionais entre fragmentos textuais, em boa parte responsáveis pela coesão/coerência do texto. Por outras palavras, são relações que articulam segmentos textuais tornado-os semântica e/ou pragmaticamente compatíveis/congruentes.

- <sup>6</sup> No quadro da Teoria da Relevância de Sperber/Wilson (1986), um enunciado é tanto mais relevante quanto maior for o leque de efeitos contextuais que produz. Um efeito contextual resulta da interacção entre a informação nova e um conjunto de suposições que configuram o universo cognitivo dos falantes; esse efeito pode corresponder ao reforço ou supressão de informação já existente, ou à dedução de uma nova informação.
- <sup>7</sup> Neste trabalho, fazemos uma distinção básica entre predicados estativos e predicados de evento. Sobre classes de *aktionsart*, veja-se o trabalho pioneiro de Vendler (1967), amplamente comentado em Dowty (1979). Admitimos que o valor de *aktionsart* de um enunciado depende da interacção de vários factores, nomeadamente a classe de *aktionsart* do predicado, a flexão temporal e os adjuntos adverbiais temporais.
- <sup>8</sup> Para uma análise mais aprofundada do funcionamento textual do Pretérito Perfeito em contextos deste tipo, veja-se Lopes (1995). Veja-se igualmente o nº 112 da revista *Langages*, onde a questão da ordem temporal é abordada em diversos artigos.
- <sup>9</sup> Para Moens, um evento é definido como núcleo, ou seja, como estrutura tripartida que envolve um processo preparatório, uma culminação e um estado consequente.
- <sup>10</sup> Nos exemplos apresentados, analisámos exclusivamente o funcionamento discursivo 'local' de *então*, ou seja, só contemplámos casos de relação temporal entre proposições adjacentes. No entanto, talvez seja possível 'estender' o funcionamento anafórico de *então* a um nível discursivo mais global: por exemplo, *então* pode eventualmente ser parafraseado por *nessa época*, retomando um lapso temporal mais lato expresso por uma sequência de frases.
- <sup>11</sup> Veja-se, sobre este assunto e entre outros, a tipologia apresentada em Mateus *et alii* (1992) e a obra de Traugott *et alii* (1986).
- <sup>12</sup> Para uma síntese da problemática em apreço, veja-se Lopes e Santos (1993) e bibliografia aí referenciada.
- <sup>13</sup> O esquema em questão é o seguinte:

$$\frac{p \rightarrow q}{p} \\ \hline \therefore q$$

Dada a verdade das premissas, a conclusão (q) é necessariamente verdadeira.

- <sup>14</sup> Exemplo adaptado de Blakemore (1987).
- <sup>15</sup> Na análise que propõe de sequências deste tipo (sequências I(nitiation) / R(esponse) / E(valuation)), Schiffrin considera que a articulação expressa por *then* entre a resposta e a avaliação final é equivalente a uma relação causal: *because/given that X,Y*. Assim, ao contrário do que acontece nas construções condicionais típicas, em que a premissa expressa no antecedente é hipotética, nestas sequências a premissa é uma condição verificada.
- <sup>16</sup> Nesta perspectiva, a definição semântica de *então* pode aproximar-se da semântica das expressões que desencadeiam implicaturas convencionais (cf. Karttunen e Peters (1979)). Relembre-se que uma implicatura convencional não faz parte das condições de verdade da proposição que integra, mas restringe, justamente, os contextos em que ela é adequadamente usada.
- <sup>17</sup> Para uma análise dos conectores discursivos em termos instrucionais, veja-se Sperber e Wilson (1986) e Blakemore (1987).
- <sup>18</sup> No âmbito do modelo de análise do discurso desenvolvido pela Escola de Genève (vejam-se, entre outros, Moeschler (1985) e o já citado Roulet *et alii* (1985)), o texto conversacional é analisado como conjunto de constituintes hierárquica e funcionalmente organizados. Assim, a troca, unidade dialógica mínima da conversa, é formada por intervenções, constituintes monológicos que podem ter uma função iniciativa ou reactiva. Se uma intervenção é iniciativa, isso significa que desencadeia a troca, marcando a sua direcção temática e ilocutória; uma intervenção reactiva é aquela que fecha a troca. Por exemplo, a pergunta é uma intervenção iniciativa que desencadeia uma intervenção reactiva, a resposta.
- <sup>19</sup> Cf. *Português Fundamental*, vol. 2 (*Métodos e documentos*), tomo 1 (*Inquérito de frequência*), Lisboa, INIC, 1987.
- <sup>20</sup> Este *então* de índole marcadamente conversacional aparece classificado como 'partícula' em Vilela (1995) e corresponde à 'palavra denotativa de situação' de Cunha e Cintra (1984). A pesquisa que fiz no *corpus* do Português Fundamental e em textos de imprensa (nomeadamente entrevistas) leva-me a concluir que é sobretudo na introdução de perguntas que surge este marcador.

- 21 Em Lopes (1991), a análise da partícula *pois*, nos seus usos tipicamente fálicos, leva o autor ao conceito de *apodeixis*, proteica função de conexão semântico-pragmática entre segmentos textuais. Parece-me que a função discursiva de *então* que tenho vindo a comentar (note-se que, curiosamente, *então* é comutável com *pois* nalguns dos exemplos de O. Lopes) se pode aproximar dessa ancoragem do que se diz no contexto enunciativo realizada por *pois*.
- 22 Vejam-se, a título de exemplo, os enunciados seguintes:
- (i) *Agora*, estou a escrever um romance.
  - (i') Não sei definir o que é o gosto, *agora* que ele existe, existe!
  - (ii) O João vem *sempre* tarde.
  - (ii') *Sempre* gostava de saber o que é que aconteceu naquela manhã.
  - (iii) *Logo* vou a tua casa.
  - (iii') É transmontano, *logo* é reservado.
- 23 Sobre este assunto, veja-se Kleiber (1993).
- 24 Assinale-se que a ordenação temporal também pode dar origem a uma interpretação causal, em virtude da conhecida falácia *post hoc ergo propter hoc*.

## BIBLIOGRAFIA

- BLAKEMORE, D. (1987)- *Semantic constraints on relevance*, Oxford, Basil Blackwell.
- CUNHA, C. e CINTRA, L. (1984)- *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, Sá da Costa.
- DOWTY, D. (1979)- *Word meaning and Montague Grammar: the semantics of verbs and times in generative semantics and in Montague's PTQ*, Dordrecht, D. Reidel.
- GLASBEY, S. (1993)- "Distinguishing between events and times: some evidence from the semantics of *then*", *Natural language semantics*, 1, 285-312.
- KAMP, H. e RYLE, U. (1993)- *From Discourse to Logic. Introduction to Modeltheoretic Semantics of natural language, formal logic and Discourse Representation Theory*, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers.
- KARTTUNEN, L. e PETERS, S. (1979)- "Conventional implicature", Oh e Dinneen (eds.), *Syntax and Semantics*, 11, New York, Academic Press, p.1-55.
- KEIBER, G. (1993), "Lorsque l'anaphore se lie aux temps grammaticaux", C. Velters (ed.), *Le temps, de la phrase au texte*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 117-166.
- KLEIN, W. (1994)- *Time in language*, London, Routledge.
- LOPES, A. C. M. e Santos, P. (1993)- "A condicionalidade das frases genéricas", *Cadernos de Semântica*, 17, Faculdade de Letras de Lisboa.
- LOPES, A. C. M. (1996)- "Coesão/coerência textual, tempo e aspecto", *Actas do XI Encontro da APL*, Lisboa, Colibri, 351-371.
- LOPES, O. (1991)- "Da partícula *pois* ao conceito de *apodeixis*", *Actas do VII Encontro da APL*, Lisboa, p. 179-192.
- MANN, W. e THOMPSON, S. (1988)- "Rhetorical structure theory: toward a functional theory of text organization", *Text*, 8 (3), 243-281.
- MOENS, M. (1987)- *Tense, aspect and temporal reference*, PhD. Diss., University of Edinburgh.
- MOESCHLER, J. (1985)- *Argumentation et conversation. Eléments pour une analyse pragmatique du discours*, Paris, Hatier.
- ROULET, E. et alii (1985)- *L'articulation du discours en français contemporain*, Berne, Peter Lang.
- SCHIFFRIN, D. (1990)- "Between text and context: deixis, anaphora and the meaning of *then*", *Text*, 10, 3, 245-270.
- SCHIFFRIN, D. (1992)- "Anaphoric *then*: aspectual, textual and epistemic meaning", *Linguistics*, 30, 753-792.
- SPERBER, D. e Wilson, D. (1986)- *Relevance: communication and cognition*, Oxford, Basil Blackwell.
- TRAUGOTT, E. (1985)- "Conditional markers", J. Haiman (ed.), *Iconicity in syntax*, Amsterdam, John Benjamins, 289-307.
- VENDLER, Z. (1967)- *Linguistics in philosophy*, Ithaca, Cornell University Press.
- VILELA, M. (1995)- *Gramática da Língua Portuguesa*, Coimbra, Almedina.